

**AVISO DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA A CONTRATAÇÃO DE 1 DOUTORADO(A) AO ABRIGO DO ARTIGO 19.º DO DECRETO-LEI N.º 57/2016, DE 29 DE AGOSTO, ALTERADO PELA LEI Nº 57/2017, DE 19 DE JULHO
Ref.º IMM/CT/48-2020**

O Instituto de Medicina Molecular João Lobo Antunes (iMM) abre concurso de seleção para a contratação de um investigador pós-doutoral, correspondente ao nível inicial nos termos da legislação aplicável, em regime de contrato de trabalho a termo incerto, no âmbito do **Sistema de Apoio à Investigação Científica e Tecnológica (SAICT) – concurso número 02/SAICT/2017 - Projeto de Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico (IC&DT)**, financiado por Investment and Structural European Funds (FEEI) - Programa Operacional Regional de Lisboa and National Funds (FCT-MEC) no âmbito do projeto **LISBOA-01-0145-FEDER-031929 - “Restabelecimento dos níveis de Adenosina: nova abordagem para o tratamento da Síndrome de Rett”** (AdoRett).

• **Legislação aplicável**

- Decreto n.º 57/2016, de 29 de agosto, alterado pela Lei n.º 57/2017, de 19 de julho, que aprova um regime de contratação de doutorados destinado a estimular o emprego científico e tecnológico em todas as áreas do conhecimento (RJEC).
- Código do trabalho, aprovado Lei n.º 7/2009, de 12 de Fevereiro, na sua redação atual.
- Decreto Regulamentar n.º 11-A/2017, de 29 de dezembro, alterado pelo Decreto Lei n.º 10-B/2020, de 20 de Março.

• **Plano de Trabalhos a desenvolver**

1. Executar testes de comportamento animal para estudar memória, aprendizagem e capacidade de coordenação motora num modelo murino.
2. Avaliar plasticidade sináptica do hipocampo através de técnicas de eletrofisiologia.
3. Modulação in silico de estrutura 2D e 3D de fármacos.
4. Avaliação molecular por métodos de qPCR e Western blotting.

- **Composição do júri:** Em conformidade com o artigo 13.º do RJEC, o júri do concurso é composto pelos Professores Doutores Maria José Diógenes Nogueira (Presidente do Júri e Responsável do Projeto), Ana Maria Ferreira de Sousa Sebastião e Sara Xapelli.

- **Data de início do contrato e Local de Trabalho:** O presente contrato tem início previsto em Novembro e mantém-se apenas pelo período necessário à execução do plano de trabalhos não excedendo a duração do projeto; as atividades serão desenvolvidas nas instalações do iMM em Lisboa e/ou noutros locais necessários à execução do plano de trabalhos.

- **Remuneração Mensal:** A remuneração base líquida mensal a atribuir é de **2.134,73 Euros** de acordo com a alínea a) do n.º 1 do artigo 15.º da Lei n.º 57/2017, de 19 de julho e com a primeira posição remuneratória do nível inicial previsto no artigo 2.º do Decreto Regulamentar n.º 11-A/2017, de 29 de Dezembro, atualizado pelo Decreto Lei n.º 10-B/2020 de 20 de Março 2020, correspondente ao nível 33 da tabela remuneratória única, aprovada pela Portaria n.º 1553-C/2008, 31 de dezembro.

- **Perfil do(a) candidato(a):** São elegíveis a concurso cidadãos nacionais, estrangeiros e apátridas que possuam os seguintes requisitos:

- Doutoramento na Áreas das Neurociências ou Ciências Biomédicas;
- Conhecimento científico na área das Neurociências;
- Ampla experiência na execução de testes de comportamento animal na área das Neurociências;
- Conhecimento teórico e prático de eletrofisiologia, nomeadamente registos extracelulares (potenciais de campo);
- Conhecimento em modulação in silico de estrutura 2D e 3D de fármacos;
- Ampla experiência na execução de estudos moleculares por métodos de qPCR e Western blotting;
- O candidato deve estar devidamente credenciado para trabalhar com animais laboratoriais (curso FELASA);
- O candidato deve ter ampla experiência no manipulação e tratamento de murganhos (conhecimento prático na administração de fármacos por diferentes vias);
- O candidato deve ter conhecimentos sobre escrita de projetos de investigação;
- Experiência em trabalho em equipa e orientação de estudantes.

NOTA: Caso o doutoramento tenha sido conferido por instituição de ensino superior estrangeira, o mesmo tem de obedecer ao disposto no **Decreto-Lei n.º 341/2007, de 12 de outubro**, devendo quaisquer formalidades aí estabelecidas estar cumpridas até à data do termo do prazo para a candidatura.

- **Processo de candidatura:** O concurso tem início em 31 de agosto de 2020 e término em 12 de outubro de 2020 [DN1](30 dias úteis), devendo a formalização das candidaturas efetuar-se mediante o envio dos documentos abaixo indicados, via email, em formato de PDF, para o endereço de correio eletrónico imm-hr@medicina.ulisboa.pt, com indicação da ref.ª da posição a contratar (obrigatório):
 - a) Carta de motivação do(a) candidato(a) em língua inglesa;
 - b) Curriculum Vitae completo;
 - c) Certificado de Doutoramento;
 - d) Outros documentos que o(a) candidato(a) considere relevantes para comprovar o seu percurso científico.

Nota: O não cumprimento destes requisitos determina a rejeição liminar da candidatura.

- As falsas declarações prestadas pelos candidatos serão punidas nos termos da lei.
- O IMM promove ativamente uma política de não discriminação e de igualdade de acesso, pelo que nenhum candidato(a) pode ser privilegiado(a), beneficiado(a), prejudicado(a) ou privado(a) de qualquer direito ou isento(a) de qualquer dever em razão, nomeadamente, de ascendência, idade, sexo, orientação sexual, estado civil, situação familiar, situação económica, instrução, origem ou condição social, património genético, capacidade de trabalho reduzida, deficiência, doença crónica, nacionalidade, origem étnica ou raça, território de origem, língua, religião, convicções políticas ou ideológicas e filiação sindical.
- Nos termos do D.L. nº 29/2001, de 3 de fevereiro, o(a) candidato(a) com deficiência tem preferência em igualdade de classificação, a qual prevalece sobre qualquer outra preferência legal. Os candidatos devem declarar na candidatura, sob compromisso de honra, o respetivo grau de incapacidade, o tipo de deficiência e os meios de comunicação/expressão a utilizar no processo de seleção, nos termos do diploma supramencionado.
- **CrITÉrios de Avaliação:** As candidaturas admitidas a concurso serão avaliadas tendo em conta a qualidade, atualidade e relevância do percurso científico (produção científica e experiência de investigação) e curricular de cada candidato(a) e respetiva adequação ao plano de trabalhos proposto.

Primeira fase: Análise do Currículo (70%) e da Carta de Motivação (20%) - Com base no Currículo, será analisado qualitativamente, e no que respeita ao seu conteúdo e relevância para as funções a desempenhar nomeadamente: os trabalhos científicos realizados e/ou publicados em áreas afins ao plano de trabalho (15%); experiência de investigação e conhecimentos relevantes na área do plano de trabalhos proposto como descrito no perfil do candidato (50%); domínio da língua inglesa (5%). Com base na carta de motivação será aferida a motivação e interesse pelas atividades a executar.

Segunda fase: O júri selecionará para entrevista (avaliação: 10%) os 5 candidatos que tenham obtido na primeira fase a classificação mais alta, com um mínimo de 40%, ou o número de candidatos, até 5, que tenham obtido na primeira fase uma classificação mínima de 40%. Em caso de empate a decisão de desempate caberá ao presidente do júri.
- Após conclusão da aplicação dos critérios de seleção, o júri procede à redação de uma ata, na qual constará todo o processo de recrutamento, avaliação e seleção, na qual se inclui a lista ordenada dos candidatos aprovados com a respetiva classificação e a decisão final do júri.
- A decisão final do júri é homologada pelo dirigente máximo da instituição, a quem compete também decidir da contratação.
- **Resultados:** A lista de candidatos admitidos e excluídos bem como a lista de classificação final são afixadas nas instalações sitas em Av. Professor Egas Moniz, Ed. Egas Moniz, 1649-028 Lisboa, publicitadas na página eletrónica do IMM em <https://imm.medicina.ulisboa.pt/pt/emprego/resultados/>, sendo os candidatos notificados por e-mail.
- **Audiência Prévia e prazo para a Decisão Final:** Nos termos do artigo 121.º do Código do Procedimento Administrativo, após notificados, os candidatos têm 10 dias úteis para se pronunciar. No prazo de 90 dias, contados a partir da data limite para a apresentação das candidaturas, são proferidas as decisões finais do júri.

Lisboa, 28 de agosto de 2020